



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLOGIA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS – EDITAL 107/2016
CAMPUS BAMBUI
PROVA OBJETIVA
PROFESSOR EBTT
ÁREA/DISCIPLINA: História

ORIENTAÇÕES:

1. **Não abra o caderno de questões** até que a autorização seja dada pelos Aplicadores;
2. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos Aplicadores de prova;
3. Nesta prova, as questões são de múltipla escolha, com cinco alternativas cada uma, sempre na sequência a, b, c, d, e, das quais somente uma é correta;
4. As respostas deverão ser repassadas ao cartão-resposta utilizando caneta na cor azul ou preta dentro do prazo estabelecido para realização da prova, previsto em Edital;
5. Observe a forma correta de preenchimento do cartão-resposta, pois apenas ele será levado em consideração na correção;
6. Não haverá substituição do cartão resposta por erro de preenchimento ou por rasuras feitas pelo candidato;
7. A marcação de mais de uma alternativa em uma mesma questão levará a anulação da mesma;
8. Não são permitidas consultas, empréstimos e comunicação entre os candidatos;
9. Ao concluir as provas, permaneça em seu lugar e comunique ao Aplicador de Prova. Aguarde a autorização para devolver o cartão resposta, devidamente assinado em local indicado;
10. O candidato não poderá sair da sala de aplicação antes que tenha se passado 1h00min do início da aplicação das provas. Só será permitido que o candidato leve o caderno de prova objetiva após 4h00min de seu início;
11. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala até o fechamento da ata e assinatura dos mesmos para fechamento da sala de aplicação.

QUESTÃO 01

Muitas vezes vimos aflorar, através das profundíssimas diferenças de linguagem, analogias surpreendentes entre as tendências que norteiam a cultura camponesa que tentamos reconstruir e as de setores mais avançados da cultura quinhentista. Explicar essas semelhanças como mera difusão de cima para baixo significa aderir à tese – insustentável – segundo a qual as ideias nascem exclusivamente no âmbito das classes dominantes. Por outro lado, a recusa dessa tese simplista implica uma hipótese muito mais complexa sobre as relações que permeavam, nesse período, as duas culturas: a das classes dominantes e a das classes subalternas.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 189.

Sobre o excerto de Carlo Ginzburg e as relações entre as culturas das classes dominantes e das classes subalternas, é CORRETO afirmar que:

- A) No excerto, Ginzburg critica a separação entre cultura letrada e cultura popular e propõe, em sua obra, uma análise pautada no estudo da mentalidade da época, como modo de destacar os pontos comuns entre hábitos e ideias comuns dos grupos subalternos e dominantes.
- B) Ginzburg critica as explicações simplistas que reduzem as apropriações da cultura popular a distorções de um modelo original (letrado). Como proposta formula o conceito de hibridização cultural, bastante empregado para tratar de temas como encontros culturais e pautado na mescla de duas culturas para formação de uma terceira híbrida.
- C) No trecho citado, há uma crítica às interpretações que centram suas explicações sobre as analogias entre as culturas popular (camponesa) e a letrada na ideia de difusão de cima para baixo. A análise que Ginzburg propõe está alicerçada na história das mentalidades, procurando perceber o pensamento comum e indistinto que permeava os indivíduos no período.
- D) No excerto e na obra, Carlo Ginzburg critica a separação entre a cultura popular e a cultura letrada (de elite). O autor formula o conceito de circularidade cultural, que em substituição às oposições tradicionais, dissolve simetrias e fissuras, apoiando-se na ideia de uma base cultural e cognitiva comum entre os indivíduos do período.
- E) No excerto, Ginzburg enfatiza a importância das trocas subterrâneas e fecundas entre a cultura das classes subalternas e a cultura das classes dominantes, as quais não estavam restritas a uma só direção. No entanto, situa tais trocas nos períodos medievais e pós-medievais, sendo a etapa posterior à segunda metade do século XVI o momento em que as distinções entre as culturas das classes subalternas e dominantes começam a acentuar-se.

QUESTÃO 02

Marc Ferro nos relata os vínculos profundos existentes entre a História transmitida nas escolas e a formação ou deformação da consciência social e política em áreas coloniais. Entre outros exemplos, cabe destacar o caso da África negra sob domínio francês, em que, até pelo menos meados do século XX, aos brancos e aos primeiros negros admitidos às escolas a História ensinada dizia respeito aos “antepassados gauleses, romanos e francos”. (...) Uma anedota curiosa indica-nos as dimensões da relação passado-presente no ensino (...). Quando o professor francês Franz Fanon iniciava o ano letivo de 1948 com seus alunos da cidade de Oran na Argélia, apresentou-lhes o programa que iria desenvolver em História. No momento em que afirmou aos quarenta *pie-d-noirs* que, depois da queda do Império Romano e dos reinos bárbaros houve o florescimento da civilização árabe, os ouvintes, que pertenciam a uma cultura muçulmana, começaram a rir: “civilização” e “árabe” eram duas palavras que pareciam não poder andar juntas! (...) Descolonizar o ensino de História significa, portanto, reconhecer identidades em geral deixadas por nós em segundo plano.

MACEDO, José Rivair. “Repensando a Idade Média no Ensino de História”. IN: KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 115.

No que concerne ao ensino de História no Brasil, o período medieval, incluindo os séculos finais, caracterizados tradicionalmente pela crise do sistema feudal, pode ganhar novos contornos e uma perspectiva descolonizadora se:

- A) Centrarmos nossas reflexões apenas nas camadas subalternas, propondo uma descolonização do saber. Nesse sentido, o estudo das monarquias e dos reinos cristãos, que caracteriza o saber escolar atual, deve ser substituído pelo estudo dos povos e grupos étnicos africanos e americanos, destacando somente suas contribuições para formação das identidades coletivas brasileiras.
- B) O docente estiver atento a parâmetros neutros de seleção de conteúdo e de abordagem, que não reproduzam uma percepção eurocêntrica e ideológica, enfatizando a pluralidade de contribuições, na qual todas os grupos sejam entendidos pela perspectiva de grandes civilizações.
- C) O conteúdo for amplo e envolva a história global do período. A seleção da história ensinada não pode priorizar determinados aspectos em detrimento de outros, correndo o risco de reiteração do eurocentrismo. Há a necessidade de um ensino de história focada na história universal e neutra.
- D) Não restringirmos nossas reflexões à parte ocidental (França, Inglaterra, Alemanha e Itália) do continente europeu. Englobando diferentes povos que coexistiram no período (em diferentes continentes) e contribuiram para formação de nossas identidades coletivas. Nesse caso, mesmo o estudo do período medieval no continente europeu, ganharia novo enfoque: centraria sua atenção ao processo de formação medieval da Península Ibérica, incluindo a constituição das monarquias nacionais dessa região.
- E) O ensino de história não esteja relacionado a questões contemporâneas e recupere a historicidade do período em sua integralidade. Nesse sentido, a hegemonia europeia perde espaço para diferentes núcleos humanos espalhados pelo globo, como os reinos africanos, cada um estudado de acordo com suas especificidades.

QUESTÃO 03

(...) A diferença entre Cortez e os que o precederam talvez esteja no fato de ter sido ele o primeiro a possuir uma consciência política, e até mesmo histórica, de seus atos. Na véspera de sua partida de Cuba, provavelmente em nada se distinguia dos outros conquistadores ávidos de riquezas. No entanto, tudo muda assim que começa a expedição, e já se pode observar o espírito de adaptação que Cortez transforma em princípio de sua própria conduta (...) Assim que fica sabendo da existência do reino de Montezuma, decide não apenas extorquir riquezas, como também subjugar o reino.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2010, pp. 142-143.

Em sua análise sobre o processo de conquista de Tenochtitlán por Hernán Cortez, Todorov elenca características que o diferenciavam dos demais conquistadores e possibilitaram sua vitória. Podemos afirmar que dentre as características apontadas por Todorov encontram-se todas as mencionadas nas alternativas a seguir, **EXCETO**:

- A) A busca constante por informações, utilizando para tanto intérpretes e tradutores, como Malinche, e construindo um sistema comunicativo eficaz para compreensão do cenário mesoamericano que se delineava no período.
- B) A percepção das divisões internas entre os indígenas, sobretudo, o conhecimento em relação aos grupos nativos subjugados pelos astecas.
- C) O emprego efetivo e prático das armas de fogo, conferindo superioridade tecnológica aos espanhóis, uma vez que os indígenas as desconheciam, tornando-se a peça fundamental para a vitória dos castelhanos sobre os astecas.
- D) A preocupação com as aparências e as interpretações que poderiam ser feitas de seus atos e dos soldados que o acompanhavam, proibindo, inclusive roubos e usurpações. Ao mesmo tempo em que emitia informações contraditórias, calculadas de modo a confundir e manipular os nativos.
- E) A capacidade de perceber e alimentar os mitos nativos, como o do retorno de Quetzalcoatl, conferindo o domínio dos signos e vantagens.

QUESTÃO 04

O *asiento* já foi descrito como instrumento do planejamento imperial de mão-de-obra, mas esta ideia é enganosa, já que a demanda... vinha principalmente de colonizadores individuais para atender às suas necessidades particulares.

(...) As autoridades espanholas continuaram a regulamentar as importações por meio de *asientos*. (...) A mesma palavra era usada para denominar a grande maioria dos contratos e empréstimos negociados para cobrir despesas reais.

BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no Novo Mundo 1492-1800*. Rio de Janeiro: Record, 2003, pp. 170-176.

Sobre os *asientos* é CORRETO afirmar:

- A) O *asiento*, comumente, era uma licença concedida a um mercador, geralmente português, que lhe permitia vender um determinado número de escravos. Essa permissão de comerciar escravos era vista como uma atividade bastante lucrativa, tanto para mercadores quanto para a Coroa.
- B) Conforme sugere Blackburn, era uma palavra utilizada para denominar todos os contratos de importação, incluindo os de escravidão, porém neste caso, ela envolvia apenas *asientistas* estrangeiros e mouros.
- C) Os *asientos* para obtenção de escravos africanos não foram empregados na América Espanhola, uma vez que havia a prática das *encomiendas* e da *mita* que supriam a necessidade de mão-de-obra. Por isso, Blackburn afirma ser enganosa a interpretação do *asiento* como um instrumento do planejamento imperial de mão-de-obra, o *asiento* era um instrumento para cobrir as despesas reais e não para atender as necessidades particulares.
- D) Os *asientos*, ao longo do período colonial, atenderam a demanda por mão-de-obra escrava e estiveram, durante todo o período colonial, sob o controle exclusivo dos portugueses, que comercializavam escravos africanos para áreas como Nova Granada e Cuba.
- E) O *asiento* era uma licença para comprar escravos das colônias espanholas na América e revendê-los a países com grandes necessidades de mão-de-obra. Nesse sentido, a Coroa espanhola lucraria duas vezes: com a venda da licença e com os impostos sobre as vendas.

QUESTÃO 05

O definhamento das atividades mineradoras, por sua vez, na segunda metade do século XVIII, ao contrário do que pensava Celso Furtado, não ocasionou “uma rápida e geral decadência” para a economia da Capitania. E muito menos tal Capitania “involuiu” para uma economia de subsistência à margem da atividade mercantil. Na realidade, o que se observa, nos últimos 50 anos do século XVIII, é uma mudança nos rumos da economia de Minas Gerais. Mudança que pode ser vista pelo próprio comportamento demográfico, entre 1776 e 1821, da Capitania. Em primeiro lugar, temos que, nos 45 anos abordados, a população de Minas Gerais cresce 60,8% (de 319.769 para 514.104 habitantes), fato que coloca em dúvida a ideia de “rápida e geral decadência”.

FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Ventura. Acumulação e Hierarquia na praça mercantil - Rio de Janeiro: 1790-1830*. Rio de Janeiro: 1998, p. 125.

Sobre a interpretação de Fragoso em relação às atividades econômicas da Capitania de Minas Gerais é CORRETO afirmar que:

- A) João Fragoso discorda de Celso Furtado. Para ele, as atividades mineradoras, ainda que em menor escala de produção, não desapareceram e continuaram a impulsionar a economia da região, não havendo alteração significativa no cenário econômico. Fato verificável, inclusive, pelo crescimento da população.
- B) Fragoso acredita que a economia de Minas Gerais deixara de ter como eixo dinâmico a atividade mineradora, porém diferentemente de Furtado, afirma que houve o crescimento de uma agricultura e de uma pecuária mercantis não-exportadoras de dimensão inter-regional, explicando assim o aumento populacional no período mencionado.
- C) João Fragoso acredita que, no período analisado, a Capitania de Minas Gerais tornou-se economicamente um apêndice das demais regiões agroexportadoras em razão do declínio da produção aurífera e da necessidade de manter economicamente ativa uma população que crescia.

- D) O historiador defende a ideia de que houve uma transformação nos rumos da economia da Capitania de Minas Gerais no final dos setecentos. Em razão da farta oferta de mão-de-obra, Minas Gerais pode concentrar suas atividades agrícolas ao mercado externo, atendendo as demandas por cana-de-açúcar após a independência do Haiti.
- E) Fragoso discorda de Celso Furtado porque acredita que houve uma grande evolução econômica da Capitania de Minas Gerais, que passou a concentrar nas cidades um surto de atividades manufatureiras ao longo de todo o período estudado, sendo tal surto o principal responsável pelo crescimento populacional mencionado.

QUESTÃO 06

As historiadoras Maria Ligia Prado e Gabriela Pellegrino afirmam que para compreendermos os movimentos de independência da América Espanhola, além da análise dos eventos relativos à invasão napoleônica e seus desdobramentos, é preciso:

“(...) visitar o século XVIII e conhecer as reformas propostas pelos reis da dinastia dos Bourbon, especialmente por Carlos III, que governou de 1759 a 1788. As reformas visavam à modernização da Espanha e de suas relações com as colônias.”

PRADO, Maria Ligia e PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 27.

Sobre as Reformas empreendidas pela dinastia Bourbon nos territórios espanhóis na América e as interpretações elaboradas pela historiografia sobre a temática, estão corretas todas as alternativas, **EXCETO**:

- A) Foi criado e posto em prática um modelo mais eficaz de taxaço e arrecadação de impostos.
- B) O sistema de portos exclusivos, criado pela metrópole desde o início da colonização, foi extinguido.
- C) A Coroa contava, para implementação de suas reformas, com o apoio dos jesuítas, principalmente em relação à sujeição dos indígenas a novos tributos e novas formas de exploração do trabalho.
- D) As reformas bourbônicas são vinculadas, por parte da historiografia, a inspirações iluministas, sobretudo, ao que se convencionou chamar de despotismo esclarecido.
- E) As regras estritas do comércio exclusivo entre a América e sua metrópole foram abrandadas para diminuir o comércio de contrabando.

QUESTÃO 07

Temo que seja necessário começar explicando a maneira como pretendo utilizar o termo ‘radical’, visto que alguns puristas acreditam ser errada uma aplicação, com propósitos descritivos e analíticos, de uma palavra que os contemporâneos não usam. Na minha opinião, isto é inaceitável. (...) Eu não saberia como descrever, senão como radicais, aqueles que na metade do século XVII (e mesmo antes) adotaram visões não ortodoxas da religião e da política, o que os colocou além dos grupos respeitáveis que chamamos de anglicanos, presbiterianos ou independentes. (...) Os contemporâneos colocariam os meus ‘radicais’ juntamente com os ‘sectários’ e, de fato, alguns sectários pareciam-se com os ‘radicais’ assim como muitos ‘radicais’ eram sectários. Todavia a palavra ‘seita’ não corresponde, na metade do século XVII, ao grau de organização e consenso ideológico que existe hoje. Havia radicais que os contemporâneos chamariam de *levellers* ou *ranterers*, mas não havia nenhuma seita *Leveller*

e nem *Ranter*. (...) Ao chamá-los de 'radicais', quero apenas dizer que eles rejeitavam inteiramente algumas ortodoxias estabelecidas. Nem todos rejeitavam as mesmas ortodoxias, e podiam discordar profundamente entre si. Porém, até que alguém encontre um termo melhor para descrevê-los, continuarei a chamá-los de radicais.

HILL, Christopher. *A Bíblia Inglesa e as Revoluções do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 279-280.

Entre os radicais mencionados por Christopher Hill encontram-se os *levellers*. Sobre esse grupo é CORRETO afirmar:

- A) Conhecidos como cavadores, representavam a pequena burguesia e as camadas mais baixas da sociedade. Almejavam o fim dos cercamentos e a distribuição das terras entre aqueles que desejavam cultivá-las.
- B) São vistos como precursores do socialismo contemporâneo ao defenderem uma forma de comunismo agrário.
- C) Eram radicais, por isso o emprego do termo niveladores, seu radicalismo estava associado às ideias de comunismo agrário, ou seja, pretendiam nivelar todos a um mesmo patamar social, e de sufrágio universal.
- D) Junto com os *ranter*s eram considerados radicais moderados, representavam os interesses de uma camada média urbana que não aceitava a fusão entre Estado e Igreja, porém que defendia a monarquia como forma de governo ideal e divina. Estavam desvinculados das questões ligadas à propriedade da terra.
- E) Conhecidos como niveladores, representavam os interesses da pequena burguesia (ou pequenos produtores) que reivindicavam, entre outras coisas, a separação da Igreja do Estado e o sufrágio universal masculino.

QUESTÃO 08

Analise os documentos abaixo, em seguida, julgue as afirmativas numeradas de I a IV, assinalando a alternativa que contenha aquela (s) que considera CORRETA (s).

DOCUMENTO I: Trecho da obra *Tratado da Terra do Brasil*

A língua deste gentio toda pela costa é, uma: carece de três letras – scilicet, não se acha nela F, nem L, nem R, cousa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei; e desta maneira vivem sem Justiça e desordenadamente.

Estes índios andam nus sem cobertura alguma, assim machos como fêmeas, não cobrem parte nenhuma de seu corpo, e trazem descoberto quanto a natureza lhes deu. Vivem todos em aldeias, pode haver em cada uma sete, oito casas, as quais são compridas feitas à maneira de cordoarias; e cada uma delas está cheia de gente duma parte e doutra, e cada um por si tem sua estância e sua rede armada em que dorme, e assim estão todos juntos uns dos outros por ordem, e pelo meio da casa fica um caminho aberto para se servirem.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da Terra do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2008, pp. 59-60.

DOCUMENTO II: Fac-símile de página do livro *Nossa Pátria* de Rocha Pombo, cuja primeira edição é datada de 1917.

26 NOSSA PÁTRIA

IX
Os índios



Indios brasileiros

Dissemos que Martin Affonso começou a povoar o Brasil; mas é preciso explicar que começou a povoal-o de portuguezes, pois estes já encontraram aqui populações de outra raça. Eram os índios.

Estes ainda estavam muito atrasados quanto á civilisação. Viviam em grupos de familias (*tribus*), mudando sempre de um lugar para outro,

fazendo paradas, mais ou menos longas, á margem dos grandes rios, ou perto das bahias.

As suas habitações chamavam-se *tabas*. Cada *taba* era formada de uma grande cerca redonda, tendo dentro as suas cabanas.



Taba

Fac-símile de uma página da obra *Nossa Pátria* de Rocha Pombo. Disponível em: BITTENCOURT, C. "Livros Didáticos entre textos e imagens". In: BITTENCOURT, C. (org.) *O saber histórico em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 87.

- I. Em sala de aula, os documentos podem ser trabalhados em conjunto, ao proporcionar a percepção da permanência de determinadas representações sobre os indígenas ao longo dos séculos, bem como a formação de estereótipos. Sendo um exercício para analisar as sobreposições de camadas de leituras e de visões sobre determinados grupos étnicos.
- II. As idiosincrasias ligadas aos tipos documentais apresentados, o trecho de uma crônica colonial e um excerto de um material didático, excluem a possibilidade de sua inserção e sua integração em um planejamento didático, uma vez que, embora tratem da mesma temática, foram produzidos em períodos históricos distintos e com objetivos próprios.

III. As comparações entre materiais didáticos produzidos em outros períodos, como é o caso da ilustração e do texto da obra de Rocha Pombo, podem ser ricas oportunidades de reflexão sobre a construção da memória, sendo uma atividade importante a ser realizada com discentes apenas a partir de seus estágios de formação docente.

IV. Livros didáticos, como o de Rocha Pombo, podem ser analisados a partir de suas múltiplas facetas, conforme apontou Circe Bittencourt: como uma mercadoria, um depositário de conhecimentos escolares, um instrumento pedagógico e um veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura.

- A) I, III e IV apenas
- B) I e III apenas.
- C) I e IV apenas
- D) III e IV apenas
- E) I e II apenas

QUESTÃO 09

“Estava portanto minado o terreno da monarquia brasileira, cuja razão de ser era a garantia e a reprodução da ordem escravista, e bem pavimentado o caminho republicano quando o golpe militar fez ruir o Estado imperial em novembro de 1889” (NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. IN: DELGADO. Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente (da Proclamação da República à Revolução de 1930). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 30).

Com relação aos primeiros anos da República no Brasil, é CORRETO afirmar que:

- A) Floriano Peixoto e Prudente de Moraes foram peças fundamentais para a consolidação da “política dos governadores”, que materializava os interesses dos setores agrários.
- B) O coronelismo, fenômeno antigo na política brasileira, afirmou-se com a República, tornando-se peça fundamental no jogo político das oligarquias.
- C) A Revolta da Armada e a Revolução Federalista foram as primeiras revoltas contra o poder das oligarquias e contra o domínio de Minas Gerais e São Paulo no cenário político.
- D) O militarismo e a instabilidade política marcaram o primeiro momento da República, apesar de ter sido elaborada uma Constituição inspirada nos princípios federalistas.
- E) Campos Salles tentou contornar as dificuldades enfrentadas pelos primeiros presidentes através de uma política econômica denominada Encilhamento, que, no entanto, mostrou-se um fracasso.

QUESTÃO 10

O processo conhecido como “Revolução de 1930” foi o resultado de uma série de eventos e mobilizações políticas nos anos 1920. Sobre este contexto histórico, está CORRETO afirmar que:

- A) As disputas em torno da sucessão presidencial de 1922, que abriram espaço para a formação da reação republicana, podem ser tomadas como indicadores do esgotamento do modelo político vigente na Primeira República.
- B) O movimento tenentista teve ampla adesão da alta cúpula das Forças Armadas, o que permitiu que tomasse proporções nacionais e empolgasse desde segmentos oligárquicos dissidentes até os setores urbanos (camadas médias e a classe operária das cidades).
- C) Antes mesmo da crise de 1929, a economia brasileira já enfrentava um grave processo de recessão, com a retração do setor cafeeiro, a inflação e a estagnação das atividades industriais, que transpassaram toda a década de 1920.
- D) Numa tentativa de manter a ordem oligárquica, no processo de sucessão presidencial que se iniciou em 1929, Minas Gerais e São Paulo apoiaram Júlio Prestes, em oposição à candidatura de Getúlio Vargas, lançada pelas oligarquias dissidentes.
- E) Passadas as eleições, setores da Aliança Liberal, inconformados com a derrota, buscaram uma aproximação com lideranças do movimento tenentista, como Luís Carlos Prestes, que lançou um manifesto em apoio às oligarquias.

QUESTÃO 11

“‘Quando estiverdes entre os chineses’... diz [o Imperador da Alemanha], ‘lembrai que sois a vanguarda da Cristandade’, diz ele, ‘e atravessai com vossas baionetas todo o odioso infiel de marfim que virdes’, diz ele. ‘Fazei-os compreender o que significa a nossa civilização ocidental... E se, por acaso, tomardes uma pequena extensão de terra enquanto isso, não deixeis nunca que um francês ou um russo a tomem de vós’” (DUNNE, Peter Finlay. *Mr. Dooley’s Philosophy*. Nova Iorque, 1900, pp. 93-94, APUD: HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 87).

O imperialismo ou neocolonialismo do século XIX foi justificado, na época, por discursos econômicos, políticos e culturais. Desta forma, é CORRETO afirmar que:

- A) Segundo a perspectiva leninista, os fatores econômicos pouco influíram na divisão territorial do mundo, visto que foram os conflitos políticos decorrentes dos nacionalismos surgidos no século XIX que determinaram o surgimento dos Impérios.
- B) Ao contrário dos movimentos de colonização do século XVI, a religião esteve ausente do imperialismo do século XIX, uma vez que o discurso científico havia se tornado predominante nas falas e nas ações de todos os novos colonizadores.
- C) As teorias raciais, como o darwinismo social, por exemplo, ajudavam a reforçar o sentido de superioridade dos europeus, tidos como “civilizados”, em relação aos povos dominados, vistos como “bárbaros” ou “primitivos”.

- D) A defesa de um discurso civilizatório voltado para os povos do Oriente permitiu à Grã-Bretanha a conquista da Índia, do Japão e da China, territórios que transformaram os britânicos nos detentores do maior Império dos oitocentos.
- E) Ao contrário da perspectiva tradicional, Alemanha e Itália, movidas pelo discurso nacional, conseguiram territórios consideráveis, sobretudo na África (como a Etiópia italiana, por exemplo), formando Impérios que rivalizavam com os da França e da Inglaterra.

QUESTÃO 12

“E no entanto os 23 anos entre a chamada ‘Marcha sobre Roma’ de Mussolini e o auge do sucesso do Eixo na Segunda Guerra Mundial viram uma retirada acelerada e cada vez mais catastrófica das instituições políticas liberais” (HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 115).

Com relação ao período “entre-guerras”, podemos afirmar, **EXCETO**:

- A) Que o fascismo, primeiro em sua forma original italiana, depois na forma alemã do nacional-socialismo, inspirou outras forças antiliberais, apoiou-as e deu à direita internacional um senso de confiança histórica.
- B) Que a mobilização das massas foi um elemento essencial na política dos regimes autoritários deste período, baseada, sobretudo, numa espécie de “teatro público” que visava a exaltação do Estado e do líder.
- C) Que a ascensão da direita radical foi uma resposta ao perigo da revolução social e do poder operário em geral, sobretudo após a Revolução de Outubro.
- D) Que os regimes fascistas tendiam a ser nacionalistas, em parte por causa do ressentimento contra Estados estrangeiros, guerras perdidas ou impérios insuficientes, em parte porque este era um caminho tanto para a legitimidade quanto para a popularidade.
- E) Que a queda dos valores políticos liberais se contrapunha ao período áureo do liberalismo econômico, uma vez que, mesmo Hitler e Mussolini adotaram amplas medidas liberais na política econômica de seus governos.

QUESTÃO 13

“Os últimos anos da União Soviética foram uma catástrofe em câmera lenta. A queda dos satélites europeus em 1989 e a relutante aceitação por Moscou da reunificação alemã demonstraram o colapso da União Soviética como potência internacional, mais ainda como superpotência”. (HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 476).

Com base na obra de Eric Hobsbawm, é CORRETO afirmar sobre o processo de desintegração da URSS que:

- A) A decisão de Moscou de não mais socorrer, com intervenção militar, os regimes políticos sob sua órbita acentuou a bancarrota destes governos.
- B) Na Rússia, Boris Yeltsin tentou manter a unidade soviética por meio da Glasnost e da Perestroika, o que, no entanto, acabou levando à intensificação dos protestos.
- C) Para o autor, a desintegração da URSS se deu mais pelas forças nacionalistas dos países satélites do que pela desintegração da autoridade central.
- D) O colapso da URSS não colocou fim à experiência do “socialismo realmente existente”, uma vez que ainda havia a China com um sólido e potente socialismo.
- E) Na Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Bulgária e República Democrática Alemã foram necessárias longas guerras civis para a derrubada dos regimes comunistas.

QUESTÃO 14

“O individualismo excessivo, que caracterizou o século passado, precisava encontrar limite e corretivo na preocupação predominante do interesse social. Não há nessa atitude nenhum indício de hostilidade ao capital, que, ao contrário, precisa ser atraído, amparado e garantido pelo poder público. Mas o melhor meio de garanti-lo está, justamente, em transformar o operariado numa força orgânica de cooperação com o Estado” (VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil. vol. 2, Rio de Janeiro: José Olympio, 1939, pp. 97-98, APUD: D’ARAUJO, Maria Célina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. IN: DELGADO. Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo [do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 219).

A leitura deste documento permite concluir que:

- A) Havia, no governo Vargas, uma concepção de que a sociedade fosse ordenada em grandes áreas de atividade, que permitissem conciliar os interesses do capital e do trabalho.
- B) Ao afirmar que não há em sua atitude “nenhum indício de hostilidade ao capital”, Vargas deixava evidente o seu liberalismo, que tentava encobrir com medidas nacionalistas.
- C) Vargas dava grande importância aos trabalhadores como agentes políticos, comprovada em seu incentivo ao pluralismo sindical e na valorização da livre ação deste grupo.
- D) Mesmo combatendo os comunistas, Vargas defendia ideias muito próximas daquelas impostas na União Soviética, como a intervenção estatal nas relações entre patrões e empregados.
- E) Como populista, Vargas incentivou a organização e a mobilização dos operários, sua base política, e promoveu medidas contrárias ao capital, mesmo que tentasse mostrar o oposto em seus discursos.

QUESTÃO 15

“O golpe de 1964 deixou tragicamente claro que as forças políticas civis – à direita ou à esquerda – pecaram ao subestimar a capacidade das Forças Armadas de intervir de maneira autônoma nos destinos do país” (FILHO, João Roberto Martins. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. IN: DELGADO. Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática [da redemocratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 99).

Com base no trecho supracitado e na obra em questão, pode-se afirmar que a posição de João Roberto Martins Filho com relação à participação dos militares na política nacional, no período entre 1945 e 1964, pode ser CORRETAMENTE interpretada na alternativa:

- A) Havia uma grande unidade política e ideológica entre as Forças Armadas, que facilitava sua mobilização em momentos chaves, como na tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubistchek, em 1955.
- B) No período pós-45, as forças armadas não dependeram dos civis para definir seus inimigos, suas doutrinas e seus objetivos de unidade institucional e influência direta nos rumos do país.
- C) Os militares exerciam uma função moderadora na qual desempenhavam um papel restrito e basicamente conservador, limitando-se a manter o sistema em funcionamento e intervindo quando eram acionados pelos civis.
- D) Os fracassos das intervenções militares de 1954 e 1961 se explicam por conta de uma insegurança e de uma “timidez” dos militares, fundadas em uma auto-imagem de inferioridade em relação à esfera pública e aos mistérios da política.
- E) A autonomia dos militares somente surgiu após a Revolução Cubana, que impôs um discurso de combate à “guerra revolucionária”, já consolidado nos meios civis conservadores, e que foi determinante na vitória do golpe de 1964.

QUESTÃO 16

O processo de abertura que culminou com o fim da ditadura civil-militar no Brasil teve em torno de si fatores internos e externos. Sobre estes fatores, **NÃO** se pode afirmar que:

- A) Jimmy Carter, ao assumir a presidência dos Estados Unidos, passou a ter uma ação firme em favor dos direitos humanos, o que abriu novos espaços para a atuação das oposições no Brasil e em toda a América Latina.
- B) A crise e a recessão da economia mundial, após o bloqueio petrolífero do Oriente Médio, tornou frágil a situação econômica da América Latina, o que minou a credibilidade dos militares e as bases sociais de aceitação da ditadura.
- C) Com a atuação de grupos civis no processo de abertura, que colocava em risco o projeto proposto pelos militares, Figueiredo se reaproximou da “linha-dura” das Forças Armadas, o que levou à intensificação dos movimentos de oposição e à derrubada do regime.
- D) Não se pode negar a importância do grupo militar constituído em torno do projeto de Geisel e do general Golbery do Couto e Silva, herdeiros da linha política denominada castelista e interessados numa reconstitucionalização do regime militar.
- E) A luta pela anistia e o retorno dos exilados e as ações em prol das eleições diretas (o movimento Diretas Já, em 1983) foram os principais momentos de mobilização popular, que tomaram as ruas das principais capitais brasileiras em oposição ao regime.

QUESTÃO 17

No início do século XX, o sociólogo Max Weber destacou que a ética de certas correntes protestantes, a exemplo do Calvinismo, era portadora do “espírito do capitalismo”, uma vez que não rejeitava o comércio e a usura, além de enaltecer o trabalho, a poupança e a riqueza material como sinais da graça divina.

Por outro lado, pesquisas posteriores questionaram a relação Capitalismo/Reforma, demonstrando esta não ter sido tão evidente. Nesse sentido, todas as alternativas abaixo corroboram essa interpretação, **EXCETO**:

- A) A Reforma Luterana, apoiada por certos príncipes, não questionou a servidão dos camponeses.
- B) Na Alemanha, Thomas Müntzer liderou revoltas contra os senhores feudais idealizando uma sociedade igualitária aos moldes do cristianismo primitivo.
- C) Especializadas em atividades mercantis e financeiras, as cidades italianas Florença e Gênova não aderiram à Reforma.
- D) Na Inglaterra, as terras da Igreja foram transferidas para a nascente *gentry*, que estimulou o cercamento dos campos e a expropriação dos camponeses.
- E) A adesão ao protestantismo não foi opção de um determinado grupo social, já que nobres, burgueses, camponeses e artesãos aderiram à Reforma em certos países, mas permaneceram católicos em outros.

QUESTÃO 18

Conforme o historiador Francisco Falcon, deve-se questionar “a ênfase no caráter *pombalino*, uma espécie de reminiscência típica da historiografia positivista, centrada nas biografias dos chamados *grandes homens* e que ignora ou deixa na sombra, os aspectos econômicos e sociais, estruturais e conjunturais; ou seja, o contexto histórico propriamente dito (...). No entanto, não podemos fazer de conta que Pombal não existiu. Precisamos reconhecer a importância efetiva de muitas das suas ideias e iniciativas, sem que com isso o transformemos em agente histórico único (...). Se é preciso relativizar o papel de Pombal, não podemos tampouco perder de vista algo que constitui a característica mais geral da *governança pombalina*: a presença de ideias e práticas político-econômicas de caráter ‘mercantilistas’ ao lado de ideias e práticas políticas e culturais ‘ilustradas’”.

FALCON, Francisco. Antigos e novos estudos sobre a “Época Pombalina” IN: FALCON, Francisco & RODRIGUES, Claudia (Org.). *A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 7-8.

Em relação às medidas implementadas durante a “governança pombalina”, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A) A política assimilacionista foi a grande inovação de Pombal em relação às leis indigenistas anteriores. Um dos seus objetivos foi transformar os aldeamentos missionários em vilas e lugares geridos por um governo civil, e os índios aldeados em vassallos do rei, sem distinção alguma em relação aos demais.
- B) Com objetivo de enfraquecer a influência da Igreja, o Estado tomou providências para que a instituição perdesse o seu poder de agremiação e controle social da população. Ainda incentivou maior autonomia administrativa e financeira das Irmandades leigas.
- C) No Brasil, a criação das Juntas de Fazenda, em cada capitania, e das Mesas da Inspeção nos principais portos exportadores, buscou assegurar o controle sobre a arrecadação tributária e a qualidade dos produtos coloniais.
- D) Mesmo efetivando reformas educacionais importantes, principalmente com a retirada do controle exercido pelos jesuítas, responsabilizados pelo atraso cultural lusitano, os decretos pombalinos incentivaram educação diferenciada aos súditos conforme as distinções estamentais vigentes na sociedade da época.
- E) A absorção, pela Coroa, das últimas capitanias hereditárias e a transferência da sede do governo geral para o Rio de Janeiro, buscaram reforçar a autoridade régia na América portuguesa.

QUESTÃO 19

Hoje soa profundamente banal a afirmação de que a longa experiência imperial e escravocrata dos portugueses na Ásia, na África e na América tenha gerado práticas racistas. Em 1963, essa afirmação – atualmente incorporada aos enquadramentos mentais em vigor – precisava ser demonstrada, tal era a força da tese segundo a qual o "mundo que o português criou" era substancialmente diferente da prática habitual do racismo colonial, tida como própria dos ingleses ou dos holandeses. As teses luso-tropicalistas – que animaram a produção intelectual de Gilberto Freyre na década de 1950, início da de 1960 – serviram ao regime salazarista para converter cinco séculos de colonização em "cinco séculos de relações entre povos e culturas diferentes"; uma sociedade colonial, em "plurirracial"; uma nação imperial, em "pluricontinental", e as colônias, em "províncias ultramarinas".

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Charles Boxer (contra Gilberto Freyre): raça e racismo no Império Português ou a erudição histórica contra o regime salazarista. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: julho/dezembro, 2013.

Afetada pelas expectativas e disputas do presente (a década de 1960), a intervenção historiográfica de Charles Boxer contribuiu para alterar essa leitura do passado, demonstrando a existência de preconceitos raciais entre os colonizadores lusitanos. A respeito da argumentação do autor, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A) As tensões étnico-culturais no Império Português do Antigo Regime assumiram um papel central nas instituições portuguesas, explícitas nos estatutos de pureza de sangue e nas habilitações para cargos, nas Ordens Militares, na hierarquia da Igreja ou mesmo nas Câmaras e Misericórdias.
- B) Se em Portugal o peso do estigma recaía, sobretudo, sobre os cristãos-novos, na América portuguesa a repulsa recaía sobre os negros, mulatos e mestiços da terra, mesmo quando livres e proprietários. Tais grupos poderiam se reunir em associações próprias, as irmandades de negros e pardos, sendo vetado o ingresso às confrarias dominadas por brancos orientadas pelo espírito dos estatutos de "pureza de sangue".
- C) Em casos em que se provava a existência de algum "defeito de sangue" ancestral podia-se obter a dispensa do bispo local ou da Coroa, como acontecia também em relação a outros imperativos judiciais, tais como nascimento ilegítimo e deformidade física. Na prática, isso acontecia com frequência; mas não se podia ter certeza prévia de que a dispensa seria obtida.
- D) Em várias regiões do Império colonial português, a formação de um clero autóctone esbarrou na oposição dos próprios missionários que deviam incentivá-la. Qualquer que fosse a teoria, na prática, o clero nativo negro foi mantido numa posição de estrita subordinação aos sacerdotes brancos europeus, principalmente nas regiões onde estes últimos pertenciam a ordens religiosas.
- E) As pessoas de "sangue infecto" ou com "defeito de sangue", mesmo quando livres e até proprietárias, tinham suas possibilidades de ascensão constringidas ou restritas, pois o padrão social que prevalecia era aquele da consciência da "superioridade branca".

QUESTÃO 20

Conforme Hobsbawm, até 1789, a formulação mais poderosa e adiantada da ideologia de progresso era o “clássico liberalismo burguês”. De fato, seu sistema fundamental fora elaborado de maneira tão firme nos séculos XVII e XVIII, “era uma filosofia estreita, lúcida e cortante, que encontrou seus mais puros expoentes, como poderíamos esperar, na Grã-Bretanha e na França”.

Todas as alternativas apontam características da ideologia liberal burguesa, **EXCETO**:

- A) Racionalista e secular, apostando na capacidade dos homens para compreender e solucionar todos os problemas pelo uso da razão.
- B) Compreendia que os objetivos sociais eram a soma dos objetivos individuais.
- C) Inclinada ao materialismo e ao empiricismo, valorizando a ciência, especialmente a matemática e a física.
- D) Pressupõe os homens como seres livres e de igual capacidade, já que a razão é comum a todos eles.
- E) Percebia o Estado como uma instituição de origem irracional, que coibia as liberdades individuais.

QUESTÃO 21

No livro *O Trato dos Viventes*, o historiador Luís Felipe de Alencastro busca assinalar o que há de particular na colonização portuguesa no Atlântico Sul, desenvolvendo interessantes reflexões sobre as ligações existentes entre Brasil e Angola: “duas partes unidas pelo oceano atlântico que se completam num só sistema de exploração colonial cuja singularidade ainda marca profundamente o Brasil contemporâneo”.

Sobre a interpretação do autor, marque a alternativa CORRETA:

- A) O fluxo regular de escravos africanos para o Brasil diminuiu a importância dos índios como reserva potencial de mão-de-obra, transformando-os apenas em um obstáculo à expansão da fronteira agropastoril, abrindo-se a possibilidade de seu extermínio.
- B) Na guerra luso-holandesa, a complementaridade sul-atlântica se expressa de maneira clara. Olinda e Recife são ocupadas pela Companhia das Índias Ocidentais em 1630. Angola em 1641. Os brasílicos de Pernambuco passaram a colaborar com os holandeses no comércio de escravos, introduzindo a cachaça como moeda de troca nos mercados africanos, livrando-se do embargo lusitano.
- C) Nenhuma região escravista das Américas teve na África um peso similar ao do Brasil. A intervenção brasileira em Angola, como também no Golfo de Guiné, sobretudo no antigo reino do Daomé, só declina após 1888, com a abolição da escravidão no Brasil.
- D) A União Ibérica protelou o domínio lusitano sobre tráfico atlântico, na medida em que facilitou a arrematação dos contratos de Asiento pelos mercadores espanhóis.
- E) A legislação indigenista, bastante influenciada pela pressão da Igreja em suas atribuições missionárias, seguia lógica própria sem relação com a condição dos escravos africanos, uma vez que a Igreja foi favorável ao tráfico negreiro, porém contrária ao cativo dos índios.

QUESTÃO 22

De acordo com o decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, povos e comunidades tradicionais podem ser definidos como:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Decreto 6.040, artigo 3º, parágrafo 1º).

Sobre os povos e comunidades tradicionais, é correto afirmar, **EXCETO**:

- A) Os povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados, que possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias, mantendo relações específicas com o território e com o meio ambiente no qual estão inseridos. Respeitam também o princípio da sustentabilidade, buscando a sobrevivência das gerações presentes sob os aspectos físicos, culturais e econômicos, bem como assegurando as mesmas possibilidades para as próximas gerações.
- B) Os territórios de povos e comunidades tradicionais não ultrapassam as divisões político-administrativas (municípios, estados). Um território tradicional não pode, assim, encontrar-se na confluência de dois, três ou mais municípios, estados ou mesmo países. Portanto, nesse contexto, é preciso considerar e respeitar a distribuição demográfica tradicional desses povos.
- C) São povos que ocupam ou reivindicam seus territórios tradicionalmente ocupados, seja essa ocupação permanente ou temporária. Os membros de um povo ou comunidade tradicional têm modos de ser, fazer e viver distintos dos da sociedade em geral, o que faz com que esses grupos se autorreconheçam como portadores de identidades e direitos próprios.
- D) O território implica dimensões simbólicas. No território estão impressos os acontecimentos ou fatos históricos que mantêm viva a memória do grupo; nele estão enterrados os ancestrais e encontram-se os sítios sagrados; ele determina o modo de vida e a visão de homem e de mundo; o território é também apreendido e vivenciado a partir dos sistemas de conhecimento locais, ou seja, não há povo ou comunidade tradicional que não conheça profundamente seu território.
- E) Do ponto de vista histórico, cabe ressaltar que esses povos e comunidades são marcados pela exclusão não somente por fatores étnico-raciais, mas, sobretudo, pela impossibilidade de acessar as terras por eles tradicionalmente ocupadas, em grande medida usurpadas por grileiros, fazendeiros, empresas, interesses desenvolvimentistas ou até pelo próprio Estado.

QUESTÃO 23

“Ações afirmativas se definem como políticas públicas voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e a neutralização dos efeitos perversos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem. (...) essas medidas visam combater não somente manifestações flagrantes de discriminação, mas a discriminação de fato, que é absolutamente enraizada na sociedade e, de tão enraizada, as pessoas não a percebem.” (Joaquim Barbosa – ex-ministro do Supremo Tribunal Federal).

Somente uma das afirmativas a seguir é **INCORRETA** no que se refere ao reconhecimento das desigualdades e da pluralidade étnica e racial da sociedade brasileira. Assinale-a:

- A) Em 2003, a Lei Federal 10.639 modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96 - LDB) ao incluir o artigo 26-A, o qual torna obrigatório o ensino da temática História e Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino. A temática deve ser trabalhada, segundo a lei, no âmbito de todo currículo escolar, principalmente nas disciplinas de História, Língua Portuguesa e Literatura e Arte. Além desta obrigatoriedade, a lei instituiu o Dia Nacional da Consciência Negra no Calendário Escolar, na data de 13 de maio.
- B) No ano de 1988, foi assegurado na Constituição – artigos 215 e 242 – o reconhecimento da pluralidade étnica e racial da sociedade brasileira e a garantia do reconhecimento das contribuições das diferentes culturas e etnias na formação do povo brasileiro.
- C) Nas reformas educacionais dos anos 1990, o MEC elabora os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), que apresentam os temas transversais. Nos PCN's de História são apresentadas críticas à visão eurocêntrica que instituiu um determinado modelo de identidade nacional.
- D) A assinatura do “Plano de ação contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e intolerâncias correlatas”, elaborado durante a Conferência de Durban, na África do Sul, em 2001, reconheceu a existência do racismo no Brasil e suas consequências, comprometendo-se a adotar políticas de ações afirmativas. A Declaração de Durban considerou a escravidão e o tráfico de escravos como crimes contra a humanidade e, ainda, reconheceu que os africanos e os afrodescendentes foram e continuam sendo vítimas desses crimes.
- E) Uma das principais justificativas à necessidade da nova legislação educacional, segundo o Parecer 003/2004, é a importância do reconhecimento e valorização da história, da cultura e da contribuição dos negros na sociedade brasileira, visando desconstruir o mito da democracia racial brasileira. Este Parecer instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, e foi fruto de reivindicação do movimento social negro.

QUESTÃO 24

“Desvendar a África é desvendar um espaço repleto de diversidade econômica, cultural e linguística. (...) O continente possui um grande número de países com graves problemas econômicos e geopolíticos, mas com uma diversidade importante para a superação de uma conjuntura de estagnação. (...)” (Vandeir R. da S. Matias, in A geografia da África: caminhos e descaminhos no século XXI).

Sobre o processo de colonização africano, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O continente africano foi colonizado pela Europa, mas antes do processo de colonização, pode-se dizer que a África caracterizava-se por grandes reinos. É o chamado período pré-colonial, anterior ao século XIX. É possível verificar várias formas de organização social e política no interior do continente. Os impérios eram espaços de vastas áreas, mas com unitários grupos étnicos, assim como nos dias atuais.
- B) Na África pré-colonial, a Europa mantinha um relacionamento econômico esporádico com o continente, sobretudo com o norte do mesmo. Nessa época, eram comercializados produtos primários e escravos que chegavam a essa condição devido a guerras externas.
- C) Um dos resultados desse processo de colonização, foi o fortalecimento e a valorização da cultura local pelos europeus, e a concretização do discurso de levar melhorias e desenvolvimento ao território africano. Melhorias estas advindas do lucro obtido com o fornecimento de matérias primas à Europa, e do consumo de seus produtos industrializados.
- D) A colonização africana tem início no século XIX. Essa colonização pode ser traduzida como um processo geopolítico de tomada de território, e ocorreu a partir da Conferência de Berlim, em 1870, que repartiu a África entre as grandes potências europeias. Por não delimitar as fronteiras, mas sim as áreas de influência, a Conferência proporcionou uma verdadeira corrida dos europeus ao território africano para tomar posse. Assim, houve a divisão por fronteiras artificiais ou arbitrárias que reuniu, num mesmo território, grupos étnicos completamente distintos que passaram a conviver lado a lado sob o mesmo regime político.
- E) A colonização do continente africano ocorreu de maneira pacífica, tranquila e ordeira, sem expressivas resistências por parte da população. Esse período da relação entre Europa e África foi marcado pela administração direta dos países europeus sobre suas áreas de influência, apropriação de terras para garantir fontes de matéria prima e capital mercantil. Essas características trouxeram benefícios para a África, que foram perdidos com a descolonização.

QUESTÃO 25

A mineração e a pecuária foram atividades essenciais no povoamento interior da América portuguesa. Porém, entre a mineração e o avanço dos rebanhos ocorrem, no que diz respeito à ocupação e integração do território, diferenças fundamentais. A respeito da ocupação territorial e distribuição da população incentivada pelas atividades descritas, marque a opção **CORRETA**:

- A) A mineração promoveu maior concentração populacional nos núcleos específicos de suas atividades. O desenvolvimento extensivo da pecuária, promovendo o povoamento colonial do vasto interior, teve pouca ligação com a economia açucareira praticada no litoral.
- B) A mineração incentivava deslocamentos bruscos, do litoral para o interior, caracterizando-se pelo relativo desligamento dos núcleos mineradores entre si e com os pontos de partida de suas correntes migratórias. A pecuária desenvolveu-se de forma paulatina e por contiguidade, conservando ligação íntima entre os seus núcleos e com o seu centro irradiador.
- C) Visando desenvolver a atividade mais lucrativa, a coroa portuguesa não deixou de incentivar a imigração para os núcleos auríferos. A pecuária desenvolveu-se pela iniciativa particular dos colonos que visavam ampliar suas possibilidades econômicas.
- D) A mineração incentivou surtos migratórios para núcleos específicos, algumas vezes comprometendo o abastecimento regional e a segurança de suas próprias atividades. A pecuária desenvolveu-se extensivamente pelo interior, promovendo distribuição irregular da população em comunidades distantes e com pouca comunicação entre si.
- E) Diferente de outras atividades, a mineração foi gerida com disciplina férrea pela coroa portuguesa que buscou controlar o incremento populacional nas regiões de garimpo. Sem muito controle da metrópole, as fazendas de gado expandiram-se pelo interior do continente acompanhando a demanda dos centros mineradores.